

BANCO DIGIO S.A.

CNPJ 27.098.060/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 do Banco Digio S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2021, o Banco Digio registrou prejuízo líquido de R\$ 28,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 495,2 milhões e ativos totais de R\$ 3,8 bilhões.

O Banco Digio oferece produtos e serviços financeiros através de canais digitais, principalmente cartão de crédito, empréstimo pessoal e a conta de pagamento introduzida no 1º semestre de 2020. Impulsionados pelo confinamento imposto pela COVID-19, fortalecemos a descontinuidade de nossas atividades físicas para nos tornarmos uma plataforma exclusivamente digital até dezembro de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
Disponibilidades	4	13.282	6.868	3.626.573	2.626.554	Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.190.435	2.333.469		
Instrumentos financeiros						Depósitos.....	10.a	1.465.640	1.008.079		
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5.a	1.817	33.657	764.537	318.585	Relações interfinanceiras.....	5.c	1.721.857	1.322.559		
Títulos e valores mobiliários.....	5.b	536.686	323.545	740.150	687.613	Relações interdependências.....	10.b	2.938	2.831		
Relações Interfinanceiras.....	5.c	1.583.383	1.263.154	241.697	(248.406)	Passivos fiscais		9.495	7.210		
Operações de crédito.....	6	(256.697)	(273.108)	(15.000)	(24.702)	Passivos tributários correntes.....	22.f.2	8.597	6.103		
Outros Créditos.....	6.e	374.563	336.111	344.315	321.930	Obrigações fiscais diferidas.....	22.c	898	1.107		
(-) Perdas esperadas - risco de crédito..				7	46.649	Provisões passivos contingentes	12.c	10.233	8.484		
Operações de Crédito.....				8	2.043	Outros Passivos	11	148.453	86.331		
Outros Créditos.....				9	129.190	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		495.174	372.462		
Ativos fiscais.....				22.f.1	30.248	Capital Social.....	13.a	441.336	291.336		
Ativos tributários correntes.....	22.f.1	30.248	14.181	22.c	344.315	Reservas de capital.....	13.b	295.764	295.764		
Crédito tributários.....	22.c	344.315	321.930	7	46.649	Outros resultados abrangentes.....		(626)	(1.700)		
Outros Ativos	7	46.649	65.252	8	2.043	Prejuízos acumulados.....	13.c	(241.300)	(212.938)		
Imobilizado de uso	8	2.043	1.839	9	129.190						
Intangível	9	129.190	92.807	8 e 9	(81.813)	(48.367)					
Depreciações e Amortizações	8 e 9	(81.813)	(48.367)		3.853.790	2.807.956		3.853.790	2.807.956		
TOTAL DO ATIVO		3.853.790	2.807.956								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		291.336	295.764	22	(190.112)	397.010
Prejuízo do exercício.....	13.c	-	-	-	(22.826)	(22.826)
MTM - Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	(1.722)	-	(1.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		291.336	295.764	(1.700)	(212.938)	372.462
Prejuízo do exercício.....	13.c	-	-	-	(28.362)	(28.362)
MTM - Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	1.074	-	1.074
Aumento de capital.....		150.000	-	-	-	150.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021		441.336	295.764	(626)	(241.300)	495.174
Saldos em 30 de junho de 2021		441.336	295.764	(1.400)	(176.253)	559.447
Prejuízo do semestre.....		-	-	-	(65.047)	(65.047)
MTM - Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	774	-	774
Saldos em 31 de dezembro de 2021		441.336	295.764	(626)	(241.300)	495.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digio S.A. ("Banco Digio" ou "Banco"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. É parte integrante do Grupo Elo Participações Ltda. ("EloPar"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas participantes do grupo, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos na gestão de risco, e suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

O Banco Digio cresceu consistentemente ao longo dos anos buscando agregar valor para seus clientes de forma rentável. Em 2017, o Banco Digio investiu na aquisição de recebíveis junto a estabelecimentos comerciais. Em 2018 e 2019, o Banco Digio introduziu a conta pagamento e está descontinuando a distribuição presencial de produtos para se tornar um banco exclusivamente digital até dezembro de 2020.

No ano de 2021 o Banco Digio é integralmente um banco digital, somos uma bantech, afinal, contamos com a solidez de um banco e agilidade de uma fintech. Além do cartão de crédito sem anuidade, com gestão completa pelo DigioApp, com loja própria, a DigioLoja, que oferecem vantagens exclusivas como parcelamento da fatura, recarga de celular, tag de estacionamento, pedágio e um clube de pontos LiveLo, o DigioClub. Novas features serão lançadas, trazendo mais vantagens para nossos clientes; o Banco Digio está investindo na eficiência de processos, qualidade na concessão de crédito e eficiência de cobrança, e por consequência, na satisfação dos seus clientes.

Para financiar a execução do seu plano de negócios, o Banco Digio privilegiou uma estrutura robusta de capital amparada no financiamento pelos bancos controladores e empresas do grupo Elopap, combinada com vendas estratégicas de carteira de crédito.

Em 23 de novembro de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação que torna o Banco Bradesco S.A. detentor total do capital social e votante do Banco Digio. Após aprovação do CADE, encaminhou se o pedido de chancela da operação para o Banco Central do Brasil (BACEN).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; estimativas do valor justo de títulos e valores mobiliários; provisões fiscais e cíveis; realização de créditos tributários; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para a venda e ativos não financeiros, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25

Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1)
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23

Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1)
Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)
Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2),
Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41.

Resoluções que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2)

Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1)
Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Nas demonstrações contábeis, a moeda de apresentação também é o real.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco Digio para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 5a.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota 5b.

f) Operação de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
de 0 a 14 dias.....	A
de 15 a 30 dias.....	B
de 31 a 60 dias.....	C
de 61 a 90 dias.....	D
de 91 a 120 dias.....	E
de 121 a 150 dias.....	F
de 151 a 180 dias.....	G
superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrua*) das operações de crédito vencidas até o 5º dia é contabilizada em receitas e a partir do 6º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas à prejuízo existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, o resultado da cessão é reconhecido integralmente quando da sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pelas Resoluções CMN nº 3.533/2008 e 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Nos exercícios de 2021 e 2020, o banco realizou cessão de carteiras sem coobrigações, onde não há retenções substanciais de riscos (nota 6 g). A provisão estimada para perdas esperadas de risco de crédito é apurada em valor considerado suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Banco Digio. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

O Banco Digio busca crescer de forma rentável criando valor para os seus clientes. Combinamos informações públicas com nosso processo digital de cadastro de pessoas físicas para ofertar crédito pessoal via canais digitais baseado em modelos de crédito massificados.

Ao encerrarmos o exercício de 2021, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 25 de fevereiro de 2022.

A Administração

	Nota explicativa	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em milhares de reais)		
		2º Semestre	Exercícios	
			31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		384.165	732.862	608.663
Operações de crédito.....		361.597	704.134	600.765
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	5.a, e 5.b.2	22.568	28.728	7.898
Despesas da intermediação financeira		(180.884)	(222.866)	(106.449)
Operações de captação no mercado.....	10.c	(26.339)	(37.672)	(29.914)
Operações de Empréstimos e Repasses.....		-	(25)	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.....	6.g	(154.427)	(184.865)	(76.518)
Resultado com variação cambial.....		(118)	(304)	(17)
Resultado bruto da intermediação financeira..		203.281	509.996	502.214
Resultado de provisão para perdas	6.f	(44.707)	(144.045)	(187.565)
(Provisão)/reversão de perdas associadas a carteira de crédito.....		(48.819)	(153.746)	(183.257)
Outras (provisões)/reversões associadas ao risco de crédito.....	4.112	9.701	(4.308)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(253.911)	(401.876)	(350.893)
Receitas de prestação de serviços.....	14	72.297	127.632	77.904
Rendas de tarifas bancárias..	14	10.462	23.241	32.722
Despesas de pessoal.....	15	(37.805)	(70.583)	(53.109)
Outras despesas administrativas.....	16	(178.046)	(301.750)	(284.969)
Despesas tributárias.....	17	(24.839)	(48.685)	(43.083)
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes.....	18	(2.346)	(2.067)	(1.193)
Outras receitas operacionais.....	18	18.305	29.754	10.116
Outras despesas operacionais.....	19	(111.939)	(159.418)	(89.281)
Resultado operacional		(95.337)	(35.925)	(36.244)
Outras receitas e despesas		145	1.219	1.526
Outras receitas.....		145	1.219	1.526
Resultado antes dos tributos e participações....		(95.192)	(34.706)	(34.718)
Imposto de renda e contribuição social	22.b	39.652	22.161	21.217
Participação de empregados e administradores nos resultados		(9.507)	(15.817)	(9.325)
Prejuízo líquido do Semestre/Exercício		(65.047)	(28.362)	(22.826)
Número de ações		493.143.409	493.143.409	355.515.141
Lucro/(prejuízo) por lote de mil ações		(0,132)	(0,058)	(0,064)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

—☆ continuação

BANCO DIGIO S.A.

CNPJ 27.098.060/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a direitos adquiridos que tenham por objetos bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco Digio. Aqueles com vida útil definida, são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as instituições financeiras, a CSLL é calculada pela alíquota de 25%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2020 foi utilizada a alíquota de 20% considerando que a alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Em 2021, a Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL de 20% para 25%, para bancos de qualquer espécie, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2022.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base de geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas à competência futura, estas despesas são apropriadas mensalmente com base no princípio da competência.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE**a) Modalidades e prazos**

Operações de Crédito	Curso normal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021 (A)	%	31/12/2020 (A)	%
	Empréstimos.....	70.217	51.616	30.680	58.511	57.692	51.159	319.875	16,84%	360.379
Outros créditos ⁽¹⁾	638.967	298.201	183.626	300.487	161.887	215	1.583.383	83,16%	1.263.154	77,80%
Total em 31/12/2021	709.184	349.817	214.306	358.998	219.579	51.374	1.903.258	100,00%		
Total em 31/12/2020	594.852	289.230	178.630	296.442	186.671	77.708			1.623.533	100,00%

⁽¹⁾ Com característica de concessão de crédito - cartão de crédito.

Operações de crédito	Curso anormal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021 (B)	%	31/12/2020 (B)	%
	Empréstimos.....	67.516	44.560	48.435	132.983	95.132	388.626	388.626	100,00%	264.726
Total em 31/12/2021	67.516	44.560	48.435	132.983	95.132	388.626			264.726	100,00%
Total em 31/12/2020	44.041	25.183	24.805	58.927	111.770					

Operações de crédito	Parcelas vincendas						Total							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021 (C)	%	31/12/2020 (C)	%	31/12/2021 (A+B+C)	%	31/12/2020 (A+B+C)	%
	Empréstimos.....	3.564	3.406	2.869	7.003	8.561	6.246	31.649	100,00%	62.508	100,00%	740.150	31,85%	687.613
Outros créditos.....	—	—	—	—	—	—	—	0,00%	—	0,00%	1.583.383	68,15%	1.263.154	64,75%
Total em 31/12/2021	3.564	3.406	2.869	7.003	8.561	6.246	31.649	100,00%	62.508	100,00%	2.323.533	100,00%	1.950.767	100,00%
Total em 31/12/2020	7.036	6.566	5.551	13.671	16.526	13.158	—	—	62.508	100,00%	2.265.913	100,00%	1.859.901	100,00%
Circulante.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.265.913	100,00%	1.859.901	100,00%
Não circulante.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	57.620	2,50%	90.866	4,87%

b) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor.....	1.458	0,06%	1.968	0,10%
10 maiores devedores seguintes	4.987	0,22%	593	0,03%
50 maiores devedores seguintes	12.367	0,53%	2.333	0,12%
100 maiores devedores seguintes	11.884	0,51%	4.049	0,21%
Demais devedores.....	2.292.837	98,68%	1.941.824	99,54%
Total carteira	2.323.533	100,00%	1.950.767	100,00%

d) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA				A				B				C				D				E				F				G				H			
	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%				
Empréstimos e títulos descontados.....	—	—	—	0,00%	286.546	—	286.546	44,77%	55.147	71.576	126.723	19,53%	60.417	51.282	111.699	17,11%	48.787	121.622	170.409	26,11%	740.150	687.613	1.427.763	72,80%	740.150	687.613	1.427.763	72,80%	740.150	687.613	1.427.763	72,80%				
Outros créditos.....	—	—	—	0,00%	1.520.921	—	1.520.921	27,87%	13.179	19.962	33.141	1,74%	366	288	654	0,03%	319	1.583.383	1.583.702	99,97%	1.583.383	1.263.154	2.846.537	14,48%	1.583.383	1.263.154	2.846.537	14,48%	1.583.383	1.263.154	2.846.537	14,48%				
Total em 31/12/2021	—	—	—	0,00%	1.807.467	72.643	1.880.110	98,00%	68.326	91.538	159.864	8,48%	51.648	49.075	100.723	5,31%	121.941	2.323.533	2.323.533	100,00%	2.323.533	1.950.767	4.274.300	100,00%	2.323.533	1.950.767	4.274.300	100,00%	2.323.533	1.950.767	4.274.300	100,00%				
Total em 31/12/2020	—	—	—	0,00%	1.422.258	38.018	1.460.276	98,62%	45.505	183.784	229.289	15,69%	38.745	29.263	68.008	4,62%	21.408	1.950.767	1.950.767	100,00%	1.950.767	1.859.901	3.810.668	100,00%	1.950.767	1.859.901	3.810.668	100,00%	1.950.767	1.859.901	3.810.668	100,00%				
%.....	—	—	—	0,00%	77,79%	3,13%	81,92%	2,94%	3,94%	2,62%	2,22%	2,11%	5,25%	2,11%	5,25%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					

e) Composição da carteira de operações de crédito, outros créditos com característica de concessão e constituição da provisão para perda esperada - risco de crédito

Níveis de Risco	Saldo da carteira				Provisão			
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	%	Normal	Anormal	Total	%
AA.....	—	—	—	0,00%	—	—	—	0,00%
A.....	1.772.863	34.604	1.807.467	77,79%	12.305	—	12.305	4,80%
B.....	41.490	31.153	72.643	3,13%	981	—	981	0,38%
C.....	27.527	40.799	68.326	2,94%	2.774	—	2.774	1,08%
Subtotal	1.841.880	106.556	1.948.436	83,86%	16.060	6.266	22.326	8,62%
D.....	37.810	53.728	91.538	3,94%	12.403	—	12.403	4,83%
E.....	7.575	53.320	60.895	2,62%	24.754	—	24.754	9,64%
F.....	4.507	47.141	51.648	2,22%	34.992	—	34.992	13,63%
G.....	3.117	45.958	49.075	2,11%	46.547	—	46.547	18,13%

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata dia*).

o) Resultado recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Banco Digio considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade em moeda nacional.....	12.476	6.165
Disponibilidade em moeda estrangeira ⁽¹⁾	806	703
Total	13.282	6.868

⁽¹⁾ Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

Substancialmente o saldo da disponibilidade refere-se a partes relacionadas (nota 20).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Digio S.A. possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras de liquidez, indexadas ao CDI, no valor de R\$ 1.817 (R\$ 33.657 em 31 de dezembro de 2020).

As receitas classificadas na demonstração do resultado, na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" somaram R\$ 404 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2020).

b) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos títulos e valores mobiliários estavam representados conforme abaixo:

5.b.1) Composição dos títulos segregando em carteira própria e vinculada

Carteira própria	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Letras Financeiras do Tesouro.....	361.386	—	230.571	—
Vinculados				
Letras Financeiras do Tesouro.....	403.151	—	88.014	—
Total	764.537	—	318.585	—
Circulante.....	326.666	—	88.014	—
Não Circulante.....	437.871	—	230.571	—

5.b.2) Classificação dos títulos por categoria e vencimento

Títulos disponíveis para venda	Até 360 dias		Acima de 360 dias		Valor atualizado		Valor de mercado	
	dias	%	dias	%	mercado	%	mercado	%
Letras Financeiras do Tesouro ..	326.666	437.871	764.537	765.703				

→☆ continuação

BANCO DIGIO S.A.

CNPJ 27.098.060/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)**Passivos contingentes - risco de perda possível**

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 15.785 (R\$ 8.346 em 31 de dezembro de 2020) compõe processos de natureza cível, trabalhista e fiscal classificados com base na expectativa de perda possível.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	441.336	291.336
Total	441.336	291.336

Em 10 de março de 2021 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 150.000 mediante a emissão de 137.628.268 novas ações ordinárias com sua integralização na mesma data.

b) Reservas de capital

	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de capital ⁽¹⁾	295.764	295.764
Total	295.764	295.764

⁽¹⁾ Reserva de capital oriunda da incorporação reversa da Farly Participações Ltda.

c) Prejuízos acumulados

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos acumulados inicial	(212.938)	(190.112)
Prejuízo do exercício	(28.362)	(22.826)
Total	(241.300)	(212.938)

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Interchange	62.017	116.482	77.735
Rendas com cartões de crédito ⁽¹⁾	20.407	33.887	32.722
Outras	335	504	169
Total	82.759	150.873	110.626

⁽¹⁾ Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(22.514)	(42.747)	(32.045)
Encargos sociais	(7.773)	(14.784)	(11.992)
Benefícios	(7.058)	(12.449)	(8.635)
Outras	(460)	(603)	(437)
Total	(37.805)	(70.583)	(53.109)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(65.708)	(116.391)	(107.586)
Processamento de dados	(21.534)	(36.260)	(25.087)
Sistema financeiro - correspondente no país	(19.373)	(33.917)	(41.525)
Depreciações e amortizações	(19.878)	(33.446)	(23.762)
Sistema financeiro	(11.012)	(22.729)	(30.102)
Propaganda e publicação	(13.431)	(21.914)	(18.918)
Comunicações	(14.954)	(19.988)	(7.199)
Aluguéis	(984)	(2.224)	(2.307)
Outras	(11.172)	(14.881)	(28.483)
Total	(178.046)	(301.750)	(284.969)

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente ao pagamento de comissão e despesas com serviços de call center, tecnologia, e consultorias.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	(18.932)	(36.694)	(31.256)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.077)	(5.979)	(5.129)
Impostos sobre serviços - ISS	(1.938)	(3.527)	(2.566)
IOF	(1.171)	(2.052)	(1.228)
Outros impostos e taxas	279	(433)	(2.904)
Total	(24.839)	(48.685)	(43.083)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	8.145	17.714	7.192
Reversão de provisão operacionais	-	-	256
Variação cambial	545	966	876
Ressarcimento de custos	191	315	700
Outras ⁽²⁾	9.424	10.759	1.092
Total	18.305	29.754	10.116

⁽¹⁾ Incentivos e fee internacional com bandeiras

⁽²⁾ Reconhecimento de operações em virtude da descontinuidade do produto IBICARD

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Perdas operacionais	(40.595)	(43.988)	(19.103)
Descontos concedidos em renegociações ⁽¹⁾	(22.562)	(32.824)	(8.588)
Fee de bandeiras	(12.385)	(29.168)	(22.868)
Centro administrativo compartilhado (nota 20)	(14.529)	(26.013)	(21.943)
Despesas juros sobre conta pagamento ⁽²⁾	(10.441)	(12.586)	(491)
Indenizações e custas judiciais	(3.966)	(6.576)	(6.765)
Despesas de processamento de cartão ⁽³⁾	(1.988)	(2.349)	(9.119)
Outras	(5.473)	(5.914)	(404)
Total	(111.939)	(159.418)	(89.281)

⁽¹⁾ Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC impulsionado pelos feirões de crédito.

⁽²⁾ Remuneração da conta digital.

⁽³⁾ As despesas de processamento de cartão são substancialmente com partes relacionadas.

20. PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pelo Banco com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Elo Participações Ltda.) acionista direto (Kartra Participações Ltda.) e empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Alelo S.A., Nivel S.A., Elo Serviços S.A. e o Banco Bradescard S.A.

As operações com a Ibi Promotora de Vendas Ltda. foram encerradas a partir de 1º de outubro de 2020.

O Banco na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. O Banco destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado ("arm's-length basis").

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa:	1.271	3.488	-	-
Banco Bradesco S.A.	1.130	2.467	-	-
Banco do Brasil S.A.	62	156	-	-
Banco Bradescard S.A.	79	865	-	-
Captação em depósitos				
interfinanceiros (nota 10):	(324.092)	(165.114)	(584)	(12.271)
Banco Bradesco S.A.	(324.092)	(85.081)	(506)	(2.100)
Banco do Brasil S.A.	-	(80.034)	(78)	(10.171)
Outros depósitos:	(602)	-	(928)	-
Nivel S.A.	(602)	-	(928)	-
Captação em depósitos a prazo (nota 10):	(775.512)	(758.846)	(34.563)	(16.440)
Alelo S.A.	(144.147)	(154.320)	(6.624)	(5.132)
Nivel S.A.	(619.917)	(443.424)	(26.904)	(7.432)
Elo Participações Ltda.	(11.448)	(161.102)	(1.035)	(3.876)
Obrigações por operações compromissadas (nota 10):	-	-	(1.515)	(377)
Banco Bradesco S.A.	-	-	(1.515)	(377)
Recursos de aceites cambiais, letras e similares (nota 10):	-	-	(4)	-
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	-	-	(4)	-
Valores a receber:	446.231	320.873	-	-
Alelo S.A.	445.081	320.873	-	-
Elo Participações	94	-	-	-
Elo Serviços S.A.	1.056	-	-	-
Valores a pagar (nota 11):	(5.823)	(6.310)	-	-
Banco Bradescard S.A.	(1.435)	(3.778)	-	-
Banco Bradesco S.A.	(6)	(73)	-	-

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Alelo S.A.	(2.640)	(2.459)	-	-
Elo Participações Ltda.	(1.742)	-	-	-
Serviços prestados:	-	-	480	-
Nivel S.A.	-	-	480	-
Sistema financeiro - correspondente no país:	-	-	(26.225)	(33.085)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	(7.132)
Alelo S.A.	-	-	(26.225)	(25.953)
Serviços do sistema financeiro:	-	-	(15.770)	(17.465)
Banco Bradesco S.A.	-	-	(8.440)	(3.110)
Banco do Brasil S.A.	-	-	(7.330)	(14.355)
Rendas com Incentivos:	-	-	8.172	-
Elo Serviços S.A.	-	-	8.172	-
Serviços administrativos:	-	-	(26.248)	(43.526)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	(21.583)
Elo Participações Ltda.	-	-	(26.013)	(21.943)
Nivel S.A.	-	-	(235)	-
Despesas de processamento de cartão:	-	-	(1.302)	(8.490)
Banco Bradescard S.A.	-	-	(1.302)	(8.490)
Despesas com serviços associação a transações de pagamentos:	-	-	(1.371)	-
Elo Serviços S.A.	-	-	(1.371)	-

21. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco Digio é parte integrante do Grupo Elo Participações Ltda., e o montante global anual da remuneração dos Administradores é definido anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado conforme determina o Estatuto Social. Os honorários dos Administradores em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 861 (R\$ 1.062 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

Aos empregados é concedida uma gratificação com base nas metas do Banco Digio definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas do Banco Digio.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação aos empregados, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 12.089 (R\$ 8.401 em 31 de dezembro de 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

O Banco Digio dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida do Banco Digio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está contabilizada na rubrica "Despesa de pessoal" e totalizaram R\$ 625 e R\$ 940 respectivamente.

a) Outras informações

Conforme determina a Resolução nº 4.693/2018, as operações com partes relacionadas, são realizadas em condições compatíveis com as transações efetuadas com terceiros no que tange a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis.

No período, não foram realizadas operações de crédito ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzidas as participações estatutárias no lucro	(104.699)	(50.523)	(44.044)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(49.641)	(25.262)	(19.820)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e garantias prestadas	905	874	427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.891)	7.142	59.623
Prejuízo Fiscal de IRPJ e CSLL	34.950	28.843	-
Ativo Fiscal Diferido	(24.968)	(21.500)	(23.020)
Obrigações fiscais diferidas	(239)	(366)	(4)
Participação nos lucros - funcionários	4.333	2.212	1.881
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	17.009	17.498	(16.367)
Incentivos Fiscais	214	-	(103)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.220	1.596	-
Amortização de Ágio	(17.897)	(32.539)	(29.285)
Outros Valores	(647)	(659)	5.451
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	(39.652)	(22.161)	(21.217)

⁽¹⁾ Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 25% para a contribuição social para o imposto corrente. E de (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social para o imposto diferido.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	14.684	661	(1.803)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização nos semestres exercícios sobre adições temporárias ⁽¹⁾	24.968	21.500	23.020
Total dos impostos diferidos	24.968	21.500	23.020
Imposto de renda e contribuição social dos semestres/exercícios	39.652	22.161	21.217

⁽¹⁾ Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Realização	Saldo em	
	31.12.2020	Constituição		31.12.2021	31.12.2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	223.667	6.428	-	230.095	
Provisões fiscais	317	-	(163)	154	
Provisões cíveis	3.052	414	-	3.466	
Ágio incorporação ⁽¹⁾	29.285	-	(29.285)	-	
Outros valores	5.750	18.640	-	24.390	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	262.071	25.482	(29.448)	258.105	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	59.859	26.351	-	86.210	
Total dos créditos tributários	321.930	51.833	(29.448)	344.315	
Obrigações fiscais diferidas (Nota 22.e)	(1.107)	-	209	(898)	
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	320.823	51.833	(29.239)	343.417	

⁽¹⁾ Em dezembro de 2016 a empresa Farly Participações Ltda. foi incorporada. Sobre o ágio originado nesta operação, com previsão de amortização no período de 60 meses (5 anos), foi constituído crédito tributário às alíquotas de 25% de IRPJ e; 20% de CSLL de janeiro de 2017 a dezembro de 2018 e; 25% de IRPJ e; 15% de CSLL de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020; de 25% de IRPJ e; 20% de CSLL de março de 2020 a maio de 2021 e de 25% de IRPJ e; 25% de CSLL de junho de 2021 a dezembro de 2021.

d) Previsão de realização dos créditos tributários líquido das obrigações diferidas sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2022	108.994	2.972	111.966

→☆ continuação

BANCO DIGIO S.A.

CNPJ 27.098.060/0001-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, ao Conselheiro de Administração e aos Administradores do

Banco Digio S.A.

Barueri, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digio S.A. ("Banco Digio" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador - CRC 1SP214007/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadon.estadao.com.br/publicacoes/>